

DIREITO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR¹

Ronaldo Boanova Da Silva²

RESUMO

A interação entre os diversos campos de conhecimento nas atividades desenvolvidas pela humanidade é cada vez mais notória. Da mesma forma que o médico depende da química para compreensão do corpo humano, o advogado é auxiliado pela matemática e pela contabilidade na aferição dos valores devidos em um processo de execução. Todavia, essa interação no mundo fático nem sempre é acompanhada no campo pedagógico, afinal, os cursos de medicina, química, direito, matemática e contabilidade continuam existindo autonomamente. Embora essa segmentação seja necessária por cunho didático, a interação entre as diversas áreas de conhecimento pode ser otimizada por meio da extensão universitária. É nesse contexto que surgiu o núcleo de extensão em direito, economia e políticas públicas, a fim de fomentar o compartilhamento de conhecimentos e percepções entre estudantes de graduação e pós-graduação das respectivas áreas. O grupo propicia um ambiente de análises e debates, possibilitando o estudo interdisciplinar de políticas públicas criadas no âmbito nacional e internacional, sob o enfoque jurídico, social e econômico. Entre os resultados do projeto, destacam-se a integração entre estudantes de diversos cursos e o desenvolvimento da capacidade de argumentação. O estudo está vinculado à área de concentração cidadania, políticas públicas e diálogo entre culturas jurídicas, na linha de pesquisa multiculturalismo e transnacionalização do direito, pois contribui com a aproximação entre diversas culturas estudantis, buscando compreender a implementação de políticas públicas no Brasil e no exterior.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Direito. Economia. Políticas públicas.

REFERÊNCIAS

SÍVERES, Luiz (Org.). **A extensão universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

WU, Xun et al. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014.

¹ Origem do artigo: Núcleo de Extensão em Direito, Economia e Políticas Públicas (NEDEP) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Autor: aluno do 10º semestre de graduação em Direito, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Administração de empresas pela referida Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes. Endereço eletrônico: ronaldoboanova@gmail.com.